



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

### PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2018/8378

(Processo Eletrônico SEI 19957.010904/2018-18)

Reg. Col. nº 1624/19

**Acusados:** Wesley Mendonça Batista  
Joesley Mendonça Batista

**Assunto:** Apurar responsabilidade pelo descumprimento ao art. 153 e ao art. 154, §2º, alínea “b”, da Lei nº 6.404/1976

**Relator:** Presidente Marcelo Barbosa

## RELATÓRIO

### I. Objeto e origem

1. Trata-se de processo administrativo sancionador instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas (“SEP” ou “Acusação”) para apurar a responsabilidade de Wesley Mendonça Batista (“Wesley Batista”) e Joesley Mendonça Batista (“Joesley Batista”) e, em conjunto com Wesley Batista, “Acusados”), na qualidade de, respetivamente, Diretor Presidente e de Presidente do Conselho de Administração da JBS S/A (“JBS” ou “Companhia”), por suposto descumprimento do art. 154, §2º, alínea “b”, da Lei nº 6.404/1976<sup>1</sup> e, especificamente no caso de Wesley Batista, também por alegada violação ao art. 153 da Lei nº 6.404/1976<sup>2</sup>.

2. Este processo decorre do Processo CVM SEI nº 19957.005112/2017-32 (“Processo de Origem”), cujo objetivo era analisar fatos que vieram à tona a partir de notícia divulgada na mídia em 26.05.2017, que tratava de suposta utilização de aeronaves

---

<sup>1</sup> “Art. 154. [...] §2º É vedado ao administrador: [...] b) sem prévia autorização da assembléia-geral ou do conselho de administração, tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse, ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito”.

<sup>2</sup> “Art. 153. O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.”



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

da JBS, por parte de Joesley Batista e sua família, para fins alheios aos interesses da Companhia<sup>3</sup>.

3. Diante do que foi noticiado, a SEP solicitou esclarecimentos à Companhia, por meio do Ofício nº 182/2017/CVM/SEP/GEA-2<sup>4</sup>. Em resposta, a JBS informou que seu Diretor Presidente à época, Wesley Batista, teria autorizado o Presidente do Conselho de Administração, Joesley Batista, a utilizar a aeronave da Companhia após a divulgação do Acordo de Colaboração Premiada da JBS, com a finalidade de “*garantir a segurança pessoal do então-Presidente do Conselho de Administração*”, o que seria “*essencial para a salvaguarda de interesses da Companhia*”<sup>5</sup>.

4. Após diversas interações com a Companhia, a SEP produziu o Relatório nº 19/2018-CVM/SEP/GEA-2<sup>6</sup>, apontando, em síntese, que:

- (i) a JBS não apresentou documentação que “*conferisse caráter oficial para o uso dos ativos da Companhia, tanto para o uso de administradores, quanto de terceiros*”<sup>7</sup>. A JBS tampouco apresentou política interna ou autorização para a utilização da aeronave, nem mesmo comprovantes de ressarcimento do voo questionado pela SEP;
  - (ii) “[*a*] Companhia limitou-se a afirmar que a autorização para uso do avião, de caráter personalíssimo por parte do Diretor Presidente, deu-se para garantir a segurança pessoal dos administradores envolvidos no processo de delação”<sup>8</sup>;
  - (iii) não havia política formal para a utilização das aeronaves da JBS e serviços agregados por parte de administradores e terceiros. Tampouco havia previsão na política de remuneração e benefícios dos administradores para a utilização desses serviços para fins particulares. Neste sentido, “*ao que parece, não houve trâmite formal para a aprovação das viagens e dos custos incorridos pela Companhia*”;
- e

---

<sup>3</sup> A SEP analisou, ainda, a utilização de aeronave da JBS pelo então Vice-Presidente da República em 12.01.2011, após ter sido noticiada pela mídia em 09.06.2017. No entanto, tendo em vista as conclusões da área técnica, que entendeu pela prescrição da pretensão punitiva da CVM em relação a esse fato (doc. SEI 0650210), ele não será objeto deste processo administrativo sancionador (“PAS”).

<sup>4</sup> Fls. 1-3 do Processo de Origem.

<sup>5</sup> Fl. 7 do Processo de Origem.

<sup>6</sup> Fls. 146-150 do Processo de Origem.

<sup>7</sup> Fl. 148 do Processo de Origem.

<sup>8</sup> Idem.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil - Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

(iv) a “*argumentação de que a proteção física e moral dos administradores e ex-administradores é do interesse da Companhia, ou seria responsabilidade da Companhia, carece de razoabilidade*”<sup>9</sup>. Em primeiro lugar porque “*os acordos de delação dizem respeito à redução de penas de caráter particular, ou seja, a negociação em curso visava diretamente benefícios às pessoas envolvidas e não à Companhia*”<sup>10</sup>. Em segundo lugar porque “*as condições de segurança aos executivos e terceiros poderiam ter sido contratadas às suas próprias expensas. Não é razoável crer que a única opção disponível para garantia da segurança dos administradores, controladores e suas famílias fosse utilizar bens da JBS*”<sup>11</sup>.

5. Ainda durante suas investigações, a área técnica solicitou à Companhia o envio de informações sobre as aeronaves utilizadas pela JBS e suas controladas e dos custos relacionados, a descrição das políticas da Companhia para a utilização das aeronaves, os diários de bordo e os registros de voos referentes ao período contado a partir de janeiro de 2011 até a data de solicitação<sup>12</sup>. Em sua resposta, a Companhia encaminhou determinados documentos à CVM<sup>13</sup> e esclareceu, resumidamente, que os únicos registros precisos que dispõe são os diários de bordo e que os voos realizados em maio de 2017 foram aprovados pelo então Diretor Presidente da Companhia<sup>14</sup>.

6. Além disso, quando questionada sobre a adequação dos controles internos relacionados à matéria e quanto às autorizações para realização dos voos cujos diários de bordo foram enviados à Autarquia<sup>15</sup>, a JBS informou, entre outras coisas, que não houve ressarcimento à Companhia das despesas relativas aos voos objeto de questionamentos<sup>16</sup>.

---

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Fls. 148-149 do Processo de Origem. O referido relatório argumenta, ainda, que “[a]inda que, por praticidade, a Companhia resolvesse ceder seus ativos e os serviços associados aos delatores e seus familiares, sempre há a possibilidade de ressarcimento dos custos, nos quais incorreram todos os acionistas, não só os controladores envolvidos” (Fls. 148 do Processo de Origem).

<sup>12</sup> Cf. Ofício nº 92/2018/CVM/SEP/GEA-4, fls. 221-222 do Processo de Origem.

<sup>13</sup> A JBS encaminhou: (i) planilha contendo os principais modelos das aeronaves utilizadas pela Companhia, à época da manifestação; (ii) planilhas de custos com as despesas operacionais das aeronaves de 2014 até junho de 2018; (iii) a Política de Uso das Aeronaves da JBS, de 21.11.17; (iv) o Procedimento Interno de Solicitação de Voo, nas versões de 05.08.2016 e 21.11.2017; (v) o diário de bordo do voo de maio de 2017, que teve como passageiros o Sr. Joesley Batista e família; e (vi) os diários de bordo dos voos realizados em janeiro de 2011 que tiveram como passageiros o então Vice Presidente da República e sua família.

<sup>14</sup> Fls. 237-239 do Processo de Origem.

<sup>15</sup> Cf. Ofício nº 133/2018/CVM/SEP/GEA-4, fls. 261-262 do Processo de Origem.

<sup>16</sup> Fls. 264-266 do Processo de Origem.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

7. Assim, ante as conclusões expostas no Relatório nº 19/2018-CVM/SEP/GEA-2 e as informações fornecidas pela Companhia, a SEP entendeu haver indícios de autoria e materialidade suficientes para a formulação de um termo de acusação em face dos Acusados.

### II. O termo de acusação<sup>17</sup>

#### *Procedimentos e controles internos relacionados à utilização de aeronaves da JBS*

8. De acordo com a Acusação, pelo menos até 05.08.2016, a JBS não possuía um procedimento formal para o uso de suas aeronaves. Além disso, não detinha um registro de pedidos de utilização das aeronaves e sua motivação, nem das autorizações do Diretor Presidente. Com efeito, os únicos documentos relacionados aos voos apresentados pela Companhia foram os diários de bordo. Tal fato configuraria uma deficiência nos controles internos da JBS, “*notadamente no que se refere à ausência de controle do uso de ativos que representam um custo relevante para a Companhia*”<sup>18</sup>, o que, segundo a SEP, intensificaria o risco de danos ao seu patrimônio.

9. Neste sentido, embora o Estatuto Social da JBS vigente à época não contivesse previsão específica quanto à competência para autorização de uso de suas aeronaves, o Diretor Presidente era o responsável pela referida autorização, sendo, portanto, sua responsabilidade criar um procedimento formal e transparente para a utilização das aeronaves e que estivesse alinhado com o interesse da JBS<sup>19</sup>. No entanto, conforme alega a Acusação, as aprovações de uso desses ativos eram dadas sem qualquer formalidade “*e sem que houvesse registro para posterior controle pelos órgãos societários*”<sup>20</sup>.

10. Assim, levando em consideração o prazo prescricional para a pretensão punitiva da CVM<sup>21</sup>, a Acusação concluiu pela a violação, por parte de Wesley Batista, do art. 153

<sup>17</sup> Doc. SEI 0420277.

<sup>18</sup> Doc. SEI 0420277, §20.

<sup>19</sup> Vale destacar que, para a Acusação, “*o fato de haver uma análise técnica da viabilidade do voo, do ponto de vista, por exemplo, de segurança, não é relevante no que se refere à avaliação dos controles voltados para a utilização da aeronave no interesse da Companhia*” (doc. SEI 0420277, §29).

<sup>20</sup> Doc. SEI 0420277, §24.

<sup>21</sup> Conforme consta no termo de acusação: “[n]a análise desses fatos, deve-se atentar para (i) o disposto no art. 1º da Lei 9.873/99, que trata da prescrição da pretensão punitiva da administração pública, que se opera em 5 (cinco) anos contados da data dos fatos ou, em caso de infração continuada, contados da data em que cessou, e para (ii) o fato de que o Processo CVM 19957.005112/2017-32 foi aberto em 26.05.2017. Em razão disso, a análise realizada no âmbito Processo CVM 19957.005112/2017-32 não deve, em princípio, concluir pela apuração de responsabilidades envolvendo fatos ocorridos no mandato de Diretor-Presidente do Sr. Joesley Batista, encerrado em 26.01.11. (doc. SEI 0420277).



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

da Lei nº 6.404/1976, durante o período de maio de 2012 a 05.08.2016, tendo em vista a inexistência de procedimentos e controles internos relacionados à autorização para o uso de aeronaves da JBS.

### *Voo realizado em maio de 2017*

11. Entre 10 e 11.05.2017, Joesley Batista e sua família teriam utilizado uma aeronave da JBS para um voo de Campinas a Nova Jersey<sup>22</sup>, embora o uso desses bens da Companhia por seus administradores não fizesse parte de sua remuneração indireta nem fosse considerada um benefício da administração. Neste sentido, alega a Acusação, a utilização dos bens da JBS por seus administradores poderia ser admitida apenas como *“função instrumental à consecução da finalidade social, em conformidade com o interesse da Companhia ou, caso o administrador tome os referidos recursos por empréstimo, conforme art. 154, §2º, “b” da Lei 6.404/76, após autorização do Conselho de Administração ou da assembleia geral e mediante restituição dos valores correspondentes”*<sup>23</sup>.

12. De acordo com a Companhia, a decisão final sobre a autorização de uso das aeronaves da JBS sempre se concentrou no Diretor Presidente, que aprovou o referido voo com a finalidade de garantir a integridade física e moral de Joesley Batista, tendo em vista o cenário no qual a viagem foi realizada.

13. A Acusação, no entanto, entende que as justificativas apresentadas não são suficientes. Ainda que se considere o contexto do Acordo de Colaboração Premiada da JBS, celebrado com o Ministério Público Federal (“MPF”), não se discute, neste PAS, quais ações poderiam minimizar os danos causados à imagem da Companhia e seus executivos por conta da delação, mas se a Companhia (e, conseqüentemente, seus acionistas) deveriam arcar com os custos da viagem de Joesley Batista aos Estados Unidos.

14. Segundo a Acusação, *“a expectativa dos acionistas a respeito da atuação dos administradores não compreende, certamente, a disposição dos bens da JBS para*

---

*O cargo de Diretor-Presidente da Companhia foi ocupado pelo Sr. Wesley Batista a partir de 26.01.2011. Somente em 05.08.16, a Companhia passou a adotar um procedimento interno formal específico para utilização das aeronaves (vide § 17).”* (doc. SEI 0420277, §§25-27).

<sup>22</sup> O voo partiu do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas-SP (SBKP) para Teterboro Airport/Teterboro-New Jersey-USA (KTEB) e, em seguida, do Teterboro Airport/Teterboro-New Jersey-USA (KTEB) para o Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas-SP (SBKP).

<sup>23</sup> Doc. SEI 0420277, §38.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

*salvaguardar situações que compreendam decisões ou interesses pessoais dos seus executivos*<sup>24</sup>. Os voos, argumenta a área técnica, poderiam ter sido contratados e pagos pelo próprio Joesley Batista e seus familiares, de modo que a utilização de aeronave da Companhia não poderia ter sido considerada como única opção para garantir a segurança pessoal do administrador e de sua família. Outra alternativa seria o ressarcimento, por parte do acusado, dos custos relacionados à viagem – o que não ocorreu.

15. Diante disso, a Acusação concluiu que Wesley Batista, ao autorizar o uso da aeronave da Companhia para outro fim que não fosse o desenvolvimento das atividades compreendidas no objeto social da JBS, e Joesley Batista, ao utilizar o avião da Companhia para fins particulares<sup>25</sup>, teriam violado “o princípio da autonomia patrimonial da sociedade, configurando ato de liberalidade à custa da Companhia”<sup>26</sup>.

### **Responsabilização dos Acusados**

16. Por todo o exposto, a Acusação sustenta a responsabilização de:

- (i) **Wesley Mendonça Batista**, na qualidade de Diretor Presidente da JBS, pelo descumprimento ao disposto (a) no art. 153 da Lei 6.404/1976, ao desrespeitar o dever de diligência em razão da não adoção de procedimentos e cautela exigíveis na gestão de companhia aberta ao tomar decisões relativas à implementação de controles e à autorização para o uso de aeronaves da Companhia no período de junho de 2012 a 05.08.2016; e (b) no art. 154, §2º, alínea “b”, da Lei 6.404/1976, por praticar liberalidade à custa da Companhia, ao autorizar a utilização de aeronave de titularidade da JBS pelo Sr. Joesley Batista, em 11 de maio de 2017, para fins particulares; e
- (ii) **Joesley Mendonça Batista**, na qualidade presidente do Conselho de Administração da JBS, pelo descumprimento ao disposto no art. 154, §2º, alínea “b”, da Lei 6.404/1976, ao utilizar-se, para fins particulares, de bens e serviços da Companhia.

---

<sup>24</sup> Doc. SEI 0420277, §44.

<sup>25</sup> De acordo com o termo de acusação: “*tendo em vista que os administradores falharam em comprovar que a utilização do ativo da Companhia teve como finalidade precípua o seu melhor interesse, evidenciou-se o abuso de bens sociais da JBS pelos administradores, tanto no que se refere à utilização em si quanto à autorização de utilização da aeronave, de modo que resta evidente o desvio de função do patrimônio da JBS para atender uma demanda particular do então Presidente do Conselho de Administração*” (doc. SEI 0420277, §48).

<sup>26</sup> Doc. SEI 0420277, §46.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

### III. Razões de defesa

17. Após a apreciação do termo de acusação pela Procuradoria Federal Especializada da CVM (“PFE-CVM”)<sup>27</sup>, nos termos do art. 9º da Deliberação CVM nº 538/2008, vigente à época, os Acusados foram devidamente intimados e protocolaram suas razões de defesa<sup>28</sup>.

18. Tendo em vista a semelhança dos argumentos apresentados em relação ao alegado descumprimento do art. 154, §2º, alínea “b”, da Lei 6.404/1976, tratarei, em primeiro lugar, dessa acusação, considerando o que foi apresentado nas duas defesas e, em seguida, abordarei especificamente os argumentos suscitados por Wesley Batista para afastar a acusação de violação ao art. 153 da Lei nº 6.404/1976.

#### *Regularidade do voo de maio de 2017*

19. De acordo com os Acusados, os custos do voo questionado pela Acusação representariam um valor irrisório em comparação com as despesas totais da Companhia no exercício social de 2017, de modo que não haveria prejuízo ao patrimônio da JBS<sup>29</sup>.

20. Tais custos seriam ainda menores, segundo os Acusados, se considerado que a JBS não poderia cobrar o reembolso de custos fixos relacionados às aeronaves (incluindo os salários dos tripulantes, manutenção dos aviões, hangaragem etc.), tendo em vista a regulamentação em torno dos serviços aéreos privados<sup>30</sup>.

21. Desta forma, o possível ressarcimento à Companhia estaria limitado aos custos variáveis relacionados ao voo, o que representaria apenas 0,66% do total de despesas incorridas pela JBS com a utilização de aeronaves no exercício de 2017 e, uma vez ressarcidos os custos incorridos com o voo, este PAS perderia parte de seu objeto, dado que não estaria configurado uma liberalidade<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> Doc. SEI 0673154.

<sup>28</sup> Docs. SEI 0794654 e 0795036.

<sup>29</sup> Conforme a defesa de Joesley Batista, “*as despesas totais com as aeronaves naquele ano, de acordo com a tabela acima, somaram R\$21,25 milhões. Ou seja, 0,013% do faturamento e 0,05% das despesas totais do exercício social de 2017, claramente desprezível em face do total das despesas*” (doc. SEI 0795036, p. 5 – os grifos constam no original).

<sup>30</sup> Os Acusados mencionam a Lei nº 7.565/1986 e o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) nº 91, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de 20.03.203.

<sup>31</sup> Como aponta Wesley Batista em sua defesa “*o ressarcimento à Companhia pelos custos incorridos com o Voo seria suficiente para reverter qualquer redução patrimonial, afastando-se requisito essencial para o enquadramento da conduta do Acusado como ato de liberalidade*” (doc. SEI 0794654, p. 12).



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil - Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

22. Ainda no que tange aos custos atrelados ao voo, os Acusados alegam que o fato de as despesas reembolsáveis corresponderem a uma parcela pequena do faturamento da Companhia e de suas despesas totais anuais colocaria em dúvida a própria conveniência de a CVM formular uma acusação neste caso. Na sua visão, a atuação da pretensão punitiva da CVM seria desproporcional ao suposto dano causado pelo voo à Companhia – *“dano esse que sequer se comprovou”*<sup>32</sup>, segundo Joesley Batista.

23. Ademais, os Acusados sustentam que o voo objeto da acusação foi realizado no interesse da Companhia, no contexto da celebração de um Acordo de Colaboração Premiada. Isso porque, ante a possibilidade de levantamento do sigilo do acordo e os potenciais impactos à Companhia, *“decidiu-se que o Presidente do Conselho de Administração desempenharia, em caráter temporário, suas atividades estatutárias no escritório da JBS situado em Nova Iorque”*<sup>33</sup>, de forma que tal medida se demonstraria alinhada ao interesse social da JBS.

24. Ainda que Joesley Batista tenha viajado com sua família – o que, para os Acusados, seria *“absolutamente normal e, no presente caso, não trouxe qualquer custo adicional para a Companhia”*<sup>34</sup> –, tal fato não descaracterizaria o uso da aeronave para a consecução do fim das atividades da JBS. Afinal, *“Joesley viajou na qualidade de Presidente do Conselho de Administração para tratar de negócios da Companhia em Nova Iorque, do que se conclui que o Voo foi um dos instrumentos que permitiram o desempenho de suas funções estatutárias”*<sup>35</sup>.

25. Quanto à viagem realizada por Joesley Batista, vale ressaltar que o Acordo de Colaboração Premiada da JBS: (i) *“não impedia que Joesley permanecesse no cargo de Presidente do Conselho de Administração”*<sup>36</sup>; (ii) *“autorizava que os Acusados mantivessem residência e endereço de trabalho no exterior, desde que informassem seus endereços ao MPF”*<sup>37</sup>; (iii) exigia a colaboração dos Acusados e o seu comparecimento às sedes do MPF sempre que requisitado. Assim, alegam os Acusados, *“com o conhecimento do MPF e sob a condição de que permanecesse ininterruptamente à*

---

<sup>32</sup> Doc. SEI 0795036, p. 10.

<sup>33</sup> Doc. SEI 0795036, p. 11.

<sup>34</sup> Doc. SEI 0795036, p. 11.

<sup>35</sup> Doc. SEI 0795036, p. 11.

<sup>36</sup> Doc. SEI 0795036, p. 11.

<sup>37</sup> Doc. SEI 0795036, p. 12.





## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil - Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

*disposição das autoridades, Joesley se ausentou do País para que pudesse exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração da JBS em outro local*<sup>38</sup>.

26. Diante desses elementos, os Acusados sustentam que a Acusação não teria logrado demonstrar como a utilização da aeronave pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia não visou o interesse social – ao contrário, as defesas teriam “*comprovado o interesse social na utilização da aeronave*”<sup>39</sup>.

27. Por fim, sustentam que, com a aprovação das contas e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2017, os acionistas da Companhia teriam dado quitação aos Acusados, desonerando-os de suas responsabilidades, nos termos do art. 134, §3º, da Lei nº 6.404/1976. Adicionalmente, defendem que “*a proibição de utilização de bens da Companhia é afastada pela autorização ou ratificação da Assembleia Geral*”<sup>40</sup>, de modo que “*a aprovação, pela Assembleia Geral, da despesa incorrida, convalida o empréstimo do bem da Companhia ao Presidente do Conselho de Administração, o que atende à exigência legal para que o ato seja plenamente lícito*”<sup>41</sup>.

### ***Procedimentos e controles internos relacionados à utilização de aeronaves da JBS***

28. Diferentemente do que alega a Acusação, Wesley Batista defende que a Companhia possuía procedimentos internos que deveriam ser observados para a utilização das aeronaves da JBS – tais procedimentos apenas não eram instrumentalizados, o que veio a ocorrer em 05.08.2016 com a criação do “Procedimento Interno – Procedimento de Solicitação de Voo” e, posteriormente, da “Política de Uso das Aeronaves”<sup>42</sup>.

---

<sup>38</sup> Doc. SEI 0795036, p. 12.

<sup>39</sup> De acordo com a defesa de Joesley Batista, por exemplo, “[c]onsiderando a necessária alocação temporária do Presidente do Conselho de Administração no escritório da JBS em Nova Iorque, para evitar que qualquer interferência por situação adversa do Acordo envolvesse a Companhia e, ainda, tendo em vista a exigência de Joesley permanecer ininterruptamente à disposição das autoridades em função do Acordo, é inegável o interesse social da Companhia na realização do Voo, razão pela qual a Acusação falha em comprovar sua tese ao não trazer qualquer elemento probatório que evidencie o contrário (doc. SEI 0795036, p. 13).

<sup>40</sup> Doc. SEI 0795036, p. 15.

<sup>41</sup> Doc. SEI 0795036, p. 15.

<sup>42</sup> Até então, “o solicitante da aeronave deveria, necessariamente colaborador da Companhia, deveria se dirigir diretamente ao Diretor Presidente a fim de obter a autorização mediante justificativa e informação da data do voo. Após a concessão, os funcionários encarregados pela administração das aeronaves deveriam verificar a viabilidade do pedido e providenciar todo o necessário à operacionalização do voo. Tais funcionários eram incumbidos de selecionar a aeronave a ser utilizada de acordo com o perfil da



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

29. Neste sentido, “[a] *mera ausência de documento formal não tem o condão de retificar a tese da Acusação de que a Companhia não possuía qualquer controle sobre as aeronaves*”<sup>43</sup>. Afinal, sustenta Wesley Batista, a inexistência de um procedimento escrito não impedia que a Companhia adotasse determinados ritos para o uso de seus ativos<sup>44</sup>.

30. Além disso, na visão do acusado, tendo em vista o porte da JBS, a instrumentalização dos controles relacionados à utilização de aeronaves não seria sequer relevante, “*uma vez que os custos de manutenção e fruição destes ativos são ínfimos quando comparados com os demais custos que a Companhia incorre para a consecução de suas atividades*”<sup>45</sup>, especialmente se considerado o fato de que “*a extensão das atividades da JBS [...] não permite que sejam previstos e instituídos (ainda mais pelo Diretor Presidente) controles instrumentalizados para todo o tipo de ato que possa vir a gerar uma despesa atrelada à consecução do fim social*”<sup>46</sup>.

31. Wesley Batista afirma ainda que suas atribuições, “*embora englobem indiretamente a supervisão de políticas internas, não presumem sua atuação em procedimentos internos de cunho micro*”<sup>47</sup>. Tendo em vista o volume de decisões que é submetida diariamente ao Diretor Presidente de uma companhia do porte da JBS, não seria razoável esperar “*uma análise detalhada de despesas de pequena monta, tal como as despesas incorridas na utilização de aviões por funcionários e executivos da Companhia para a realização das mais diversas atividades*”<sup>48</sup>.

32. Assim, dado que a manutenção e operação das aeronaves representariam em média 0,09% das despesas totais anuais da Companhia, não seria razoável atribuir ao seu

---

*viagem a ser realizada pelo solicitante, verificando, para tanto, as características operacionais de cada um dos aviões*” (doc. SEI 0794654, p. 17).

<sup>43</sup> Doc. SEI 0794654, p. 17.

<sup>44</sup> Para o acusado “*assim como no Direito a prática uníssona e reiterada de certo costume estaria apta a suprir eventual lacuna ou omissão legal sobre determinado assunto, os procedimentos adotados há anos pela JBS até a criação do Procedimento Interno supriam a falta de regulamento escrito sobre o tema*” (doc. SEI 0794654, p. 17).

<sup>45</sup> Doc. SEI 0794654, p. 18.

<sup>46</sup> Doc. SEI 0794654, p. 18.

<sup>47</sup> Doc. SEI 0794654, p. 19.

<sup>48</sup> Doc. SEI 0794654, p. 19.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
www.cvm.gov.br

Diretor Presidente “*a responsabilidade pela elaboração de controle interno de assunto de cunho micro*”<sup>49</sup>.

33. Neste sentido, o art. 158, §3º, da Lei nº 6.404/1976 reconhece a inviabilidade de, em estruturas complexas, os administradores fiscalizarem todos os atos de gestão da companhia e, por isso, restringe sua responsabilidade às atribuições e competência delimitadas pelo estatuto social. Especificamente no caso da JBS, Wesley Batista argumenta que “*a implementação de ferramentas de controles internos não integra o rol de atribuições do Diretor Presidente da Companhia*”<sup>50</sup>.

34. Por fim, Wesley Batista também alega que lhe foi outorgada quitação, nos termos do art. 134, §3º, da Lei nº 6.404/1976, pela assembleia geral da Companhia, em relação aos atos questionados pela Acusação.

#### **IV. Negociação de termo de compromisso e distribuição do processo**

35. Os Acusados apresentaram proposta de celebração de termo de compromisso, propondo a assunção de uma contraprestação pecuniária no valor de R\$200.000,00 para Wesley Batista e R\$150.000,00 para Joesley Batista, que também pagaria à JBS o custo reembolsável do voo, no valor de R\$139.825,28, devidamente atualizado.

36. A PFE-CVM, ao analisar a proposta apresentada pelos Acusados, concluiu pela inexistência de óbice jurídico para a celebração do termo de compromisso. O Comitê de Termo de Compromisso (“CTC”), por sua vez, considerou que a celebração do termo de compromisso neste caso não seria conveniente nem oportuna<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> Doc. SEI 0794654, p. 19.

<sup>50</sup> Doc. SEI 0794654, p. 21. E, em seguida, acrescenta que “*a competência para elaborar e implementar os instrumentos de controles internos em nada se confunde com a atribuição, conferida ao Diretor Presidente por força das normas internas, de avaliar a motivação dos pedidos de utilização das aeronaves da Companhia*” (doc. SEI 0794654, p. 21).

<sup>51</sup> Conforme o parecer do CTC: “[n]o seu entendimento, visto (i) a gravidade, em tese, do caso concreto, (ii) o histórico dos proponentes e (iii) o contexto do caso em tela, envolvendo, inclusive, o uso de bem da Companhia em circunstâncias relacionadas com os notórios e controvertidos acordos de colaboração firmados pelos proponentes com o Ministério Público Federal, o Comitê entendeu que o efeito paradigmático da resposta estatal exigível perante a sociedade em geral e, mais especificamente, os participantes do mercado de valores mobiliários como um todo, dar-se-á, mais adequadamente, por meio de um posicionamento do Colegiado da Autarquia em sede de julgamento.” (doc. SEI 0885140).



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

37. Em reunião realizada no dia 3.12.2019, o Colegiado acompanhou o entendimento do CTC e rejeitou a proposta apresentada. Naquela mesma ocasião, fui sorteado relator deste processo administrativo sancionador.

É o relatório.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2020

**Marcelo Barbosa**

Presidente Relator